

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.345 - RJ (2019/0243653-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO**
ADVOGADOS : **MAÍRA CONDE TAVARES - RJ202273**
: **BRUNO SILVA NAVEGA - RJ118948**
EMBARGADO : **VITOR DE ASSIS RANGEL**
REPR. POR : **GILVANIA DE ASSIS SILVA**
ADVOGADOS : **ARILDO DE OLIVEIRA SILVA - RJ064906**
: **NÉLIO JOSÉ BARQUET - RJ030485**
: **ANA CAROLINA AFFONSO POMPEU BRÁZ - RJ223070**
INTERES. : **ALFA RODOBUS TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Nobre Seguradora do Brasil S.A. - em liquidação à decisão assim sumariada (e-STJ, fl. 285):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO NA ORIGEM. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ALEGADA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. REVER A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões, a embargante sustenta omissão quanto à ausência de fundamentação da decisão agravada acerca da violação do art. 1.021, § 4º, do NCPC.

Sem impugnação (e-STJ, 303).

Brevemente relatado, decido.

Como é cediço, os aclaratórios possuem índole particular e fundamentação

Superior Tribunal de Justiça

vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Com razão a embargante.

De fato não houve apreciação acerca da possibilidade de afastamento da multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC. Sendo assim, passo ao seu exame.

No que se refere à multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC, a Corte de origem deixou assente que (e-STJ, fl. 78):

Por tais motivos, NEGA-SE PROVIMENTO ao presente agravo interno, prestigiando-se o decisum monocrático alvejado. Por fim, condeno a parte agravante ao pagamento de multa fixada no valor de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 1.021, §4º do Novo Código de Processo Civil.

Todavia, diferentemente do que assinalou o acórdão recorrido, a aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do recorrente ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, § 11, DO NCPC. DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DE 18/MAR/16. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. NÃO CABIMENTO. RECURSO INTERNO. NÃO CONHECIMENTO OU IMPROCEDÊNCIA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. ANÁLISE CASUÍSTICA. INOCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Nos termos do Enunciado Administrativo nº 7/STJ, "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

2. O mero não conhecimento ou improcedência de recurso interno não

Superior Tribunal de Justiça

enseja a automática condenação na multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC, devendo ser analisado caso a caso, sob pena de afronta ao próprio direito de petição, estabelecido no art. 5º, XXXIV, da CF.

3. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no REsp 1480859/DF, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/04/2017, DJe 03/05/2017).

No presente caso, contudo, o agravo interno apresentado na origem não se mostra manifestamente inadmissível ou improcedente, tampouco sua interposição pode ser considerada abusiva ou protelatória, não apenas por envolver matéria carente de pacificação doutrinária e jurisprudencial, mas também por ter como objetivo o exaurimento de instância, com vistas à interposição de recurso especial.

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração a fim de afastar a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator